

5.

CONCLUSÃO:

Durante um pouco mais de dois anos me dediquei a estudar exclusivamente os escritos de Quine. É claro que eu poderia fazer um trabalho salientando as qualidades de sua obra e os pontos com os quais concordo. Entretanto, procurei exercitar a crítica a fim de colher um duplo ganho: a compreensão das teses e também os seus limites. Assim, mais do que afirmar contradições e inconsistências, procurei mostrar as fragilidades de alguns argumentos e defesas que me pareceram conflitar com teses previamente defendidas. Do mesmo modo, esta dissertação também possui suas limitações já que para a solução dos problemas que aqui foram apenas apontados é preciso ainda mais pesquisa e desenvolvimento. Contudo, procurei contribuir – ainda que remotamente- para os estudos em epistemologia oferecendo problemas e recolocando questões que pareciam sanadas com a postura naturalista. A filosofia de Quine é recente e mesmo assim já abriu espaço para pesquisas filosóficas no âmbito científico. É provável que Quine ainda influencie muitas gerações de estudantes de filosofia, como eu fui por ele influenciada. Fica aqui registrada minha postura perante um caminho que não considero saudável para a filosofia. Ainda que seja pensada em continuidade com a ciência, há uma peculiaridade e uma especificidade na tarefa filosófica que não é preenchida com investigações empíricas e resultados científicos. Não vejo a realização do projeto naturalista como uma tarefa da filosofia, mas da ciência. Concluo o presente estudo afirmando que Quine, ele mesmo, ainda que defenda o naturalismo, realiza o trabalho filosófico na medida em que faz uso judicioso da lógica e da argumentação teórica na construção desta proposta. Mas, a defesa deste meu ponto de vista exige um maior detalhamento e por hora é importante retomar as partes desta dissertação para que seja possível concluí-la.

A primeira aparência que eu quis fragilizar é o estereótipo que há sobre Quine acerca de sua obstinação. Considera-se que Quine é um filósofo com posições radicais que mudou poucas vezes de opinião ao longo de sua obra. Realmente, Quine sempre procurou defender o empirismo e o naturalismo. Porém, para manter estas teses principais, precisou deixar mais flexível sua rejeição das

especulações *a priori* e uma versão forte da subdeterminação. Claro que há outras teses que podem ser boas razões para confirmação do estereótipo, como a indeterminação da tradução e da referência. Porém, não tratei delas aqui por achar que há trabalhos suficientes sobre o assunto e por querer, justamente, mostrar outra faceta de Quine a partir de obras e teses menos estudadas. O fato da filosofia de Quine ter sido realizada, em sua maior parte em artigos distintos e dispersos, contribui para que seus leitores o considerem como defensor de teses mais radicais do que ele realmente defende. Isto porque, Quine fica conhecido por um ou outro artigo e não pela totalidade de sua obra. Quando numa leitura mais atenta e mais geral de suas teses, o leitor pode perceber que Quine mantém posições mais fortes em artigo e mais fracas em outros. Sustentando, inclusive, alguns paradigmas da epistemologia tradicional.

No primeiro capítulo procurei esclarecer através de uma breve análise histórica e estrutural, como Quine colapsa o conceito de ‘analítico’ com o de ‘*a priori*’ considerando-os como compartilhando de uma origem e função comum. Tanto as sentenças analíticas quanto os juízos *a priori* são fruto da experiência, em parte pelo convencionalismo lingüístico resultante de ocorrências dadas pelo uso de certos termos. Esta primeira tese, das sentenças que são verdadeiras por convenção aparece em dois escritos principais: “Harvard Lectures on Carnap” e “Truth by Convention”. Na primeira, Quine aceita a proposta carnapiana de que as sentenças analíticas e os juízos *a priori* seriam verdadeiros não por uma necessidade metafísica, mas pelo costume e hábito de emprego dos termos em questão. Já no segundo escrito, Quine retoma criticamente a idéia de usar o convencionalismo como explicação para as sentenças analíticas e sustenta que as verdades das sentenças não ocorrem por causa da prática de considerá-las verdadeiras, mas porque há coisas no mundo, há objetos e fatos que as tornam verdadeiras. O último artigo que analiso neste capítulo é o “Two Dogmas of Empiricism”, onde Quine constrói um ataque mais pontual à noção de analiticidade. Neste artigo, Quine critica duas estratégias de formação de sentenças analíticas, a semântica e a reducionista. Sua solução é propor uma nova caracterização da noção de significado e considerar as sentenças e sua rede de relações como a unidade mínima de significação.

Neste primeiro capítulo, pretendi mostrar a postura de Quine frente aos conceitos abstratos, representados aqui pelo par “analítico” e “*a priori*”. De modo

geral, Quine pretende negar a existência de qualquer aspecto teórico que independa da experiência. Procuro mostrar que Quine quer restituir a origem do “analítico” e do “a priori”, mas que ele não ignora a importância da função que estes conceitos cumprem na construção e no interior de uma teoria. Para ele, estes conceitos têm origem na própria experiência e não em algum lugar fora dela, metafísico. A abordagem empírica para consideração e definição dos termos abstratos ou relações gerais entre termos é o aspecto mais fundamental das considerações de Quine sobre o abstrato. Foi esta característica que procurei salientar neste capítulo.

Contudo, procurei apontar duas fragilidades nesta abordagem. Uma delas é a falta de diferença prática entre as sentenças analíticas tradicionais que são verdadeiras independente de qualquer experiência e a nova noção de “significado-estímulo” juntamente com a taxonomia de sentenças que procuram dar conta do fenômeno lingüístico da analiticidade. Quine cria uma nova abordagem sobre a origem do fenômeno, que ele considera como sendo basicamente lingüístico, mas não procura descaracterizá-lo completamente, reconhecendo sua função e importância. Assim, afirma que consideramos que certas sentenças são analíticas quando estamos dispostos a interpretá-las como verdadeiras aconteça o que acontecer. O que vejo como uma fragilidade é a falta de diferença prática entre estas duas abordagens. Em que medida “aconteça o que acontecer¹⁵⁹” se diferencia de “independente de qualquer experiência”? Parece muito barulho por nada. Ou melhor, muita crítica para pouca transformação. Entretanto, mesmo apontando a semelhança entre funções, reconheço que Quine marca uma diferença com seu conceito de analítico frente à tradição, uma diferença de lugar origem do fenômeno.

Também chamo atenção para o fato de que mesmo criticando a metodologia de investigação que vai das formas gerais, das definições às ocorrências, Quine faz o mesmo. Ou seja, a fragilidade que aponto aqui é que Quine oferece a leitura dos conceitos abstratos a partir da experiência, mas não oferece nenhum tipo de metodologia empírica como chave de leitura para os conceitos abstratos. Deste modo, sua abordagem “empírica” é tão teórica e *a priori* quanto a que ele mesmo critica. Isto quer dizer que Quine não abre mão, por completo, da noção de *a*

¹⁵⁹ “that we are prepared to affirm come what may” *WO*, pág. 66

priori. Sua crítica ao *a priori* é em relação à idéia de que há algum tipo de anterioridade metafísica (fora da experiência) que garantiria segurança nas investigações epistemológicas. Entretanto, Quine aceita o *a priori* como um fenômeno que permite certa anterioridade epistemológica (prévia a experiências futuras), ainda que ela mesma não garanta muita coisa para o conhecimento. Vejo a crítica de Quine ao *a priori* como frágil porque, *prima face*, ela é endereçada a todo e qualquer tipo de apriorismo. Contudo, para além desta postura de negação do conceito, Quine aceita um tipo de anterioridade à experiência. Ou seja, um tipo de *a priori* que não é independente da experiência nem mais seguro, mas que é separado dela na medida em que é anterior.

No segundo capítulo mostro como esta visão de *a priori* aceita por Quine pode ser problemática no naturalismo por permitir a inflação teórica e a escassez de métodos experimentais que façam justiça à observação. Antes disso, teço considerações gerais sobre o naturalismo e mostro esta doutrina epistemológica em geral não é muito bem definida. Em reduzindo o escopo das considerações, descrevo a visão de Quine em particular, que considera o naturalismo como uma postura que envolve o reconhecimento de que a ciência é o único parâmetro de julgamento da própria ciência e que a filosofia enquanto método de investigação de princípios primeiros não consegue realizar a tarefa de descrever e identificar a realidade. O ponto frágil desta visão é que Quine não usa a ciência para falar de ciência, mas a lógica, conceitos, termos gerais, experimentos hipotéticos, de pensamento além de procurar princípios que animam a atividade científica, realizando uma tarefa filosófica tradicional. Levanto a questão de que talvez seja possível considerar a lógica como ocupando o lugar de filosofia primeira no naturalismo de Quine, ganhando o status velado de disciplina mais segura do que a própria investigação empírica científica.

Deste problema, aponto outra fragilidade contida na idéia de que Quine realiza um “empirismo radical” com seu naturalismo: mesmo que Quine tenha influenciado outros filósofos a investigar, por exemplo, os resultados da neurociência ou da biologia, Quine ainda faz filosofia à moda antiga. Mais uma vez, não acho que isso seja um problema, pois defendo que a filosofia tem procedimentos próprios de investigação que não dependem dos resultados científicos e que, inclusive, são utilizados pelos cientistas, como a teoria dos modelos. Vejo, contudo, que a intenção de Quine é ambígua e pode ser

interpretada de um modo negativo, como se a filosofia dependesse da atividade científica. Esta postura levaria a um realismo científico ingênuo, onde caem estes muitos filósofos que foram influenciados por Quine.

No terceiro capítulo apenas retomo os pontos esboçados nos capítulos anteriores e uso as reflexões de Quine sobre a tese da subdeterminação para complementar minhas considerações sobre a radicalidade ou fragilidade de seu empirismo naturalista. A subdeterminação é uma boa tese para mostrar as fragilidades do empirismo, pois sua aceitação leva à conclusão de que a experiência por si mesma não é suficiente para o conhecimento. Ao longo do capítulo mostro que Quine formula diversas vezes a tese, pois considera que suas primeiras formulações são muito fortes e precisam ser enfraquecidas para tornarem-se plausíveis. Entretanto, mostro que este método de construção de formulações é problemático, pois sendo realizado especulativamente não há nenhum caso de teorias que caiam sobre a formulação. Não é possível encontrar exemplos reais de teorias que ilustrem a tese. Isto, inclusive, é um dos motivos pelo qual Quine a reformula.

Outro ponto que levanto é a respeito das funções proxy, que atuam em um âmbito puramente lingüístico. Quine ataca palavras e termos como se eles fossem os responsáveis pela subdeterminação. Ora, se a incompatibilidade entre teorias puder ser sanada com uma manobra de tradução de palavras, não há razão para supor que a subdeterminação seja uma tese epistemologicamente relevante. Estas transformações não afetam o suporte empírico para as teorias, pois supostamente elas ocorrem no âmbito da teoria pura. Tendo em mente o princípio empirista de Quine, de que toda a informação que temos ou podemos ter devem vir dos sentidos, parece estranho que ele também assuma que as frases responsáveis pela incompatibilidade teórica sejam puramente teóricas por não tocar a experiência. Afirmar que o mesmo conjunto de evidências pode implicar em teorias alternativas que assumem diferentes objetos e relações é o mesmo que dizer que alguns objetos e relações são resultado de procedimentos abstratos, não empíricos e *a priori*. Assim, é preciso que se considere que procedimentos *a priori* fazem parte das teorias já que nada pode explicar a introdução de objetos e relações que não podem ser afirmadas ou negadas pela experiência. Aceitando a tese da subdeterminação, Quine contradiz seu princípio naturalista de exclusão de procedimentos não-empíricos, não metafísicos e *a priori* na construção de

conhecimento. Disto, chego à conclusão de que, independente da formulação considerada, a tese da subdeterminação mostra a insuficiência do método empirista para o conhecimento científico e filosófico.

Nesta dissertação procurei apontar para algumas fragilidades no naturalismo de Quine, pois durante a minha pesquisa cheguei à conclusão que em seus escritos Quine parece deixar a ciência cuidar de si mesma. Assim, mantém-se firme na análise lógica e abstrata, fazendo um tipo de atividade que independente do conhecimento empírico fornecido pelas ciências naturais.